



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA - S. PAULO

LEI N.º 243 / 99 de 14 de maio de 1999

**INSTITUI O PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA
DESTINADO ÀS FAMÍLIAS CARENTES.**

Antonio Benedito Ito Dias Batista Santos Lisboa, Prefeito do Município de Ribeira, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Ribeira aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Programa de Renda Mínima, com o objetivo de elevar o bem estar de famílias carentes com filhos ou dependentes menores de 14 anos, e, simultaneamente, incentivar a escolarização entre 7 e 14 anos.

§ 1º - O referido Programa se destina às famílias que se comprovem renda familiar de no máximo $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

§ 2º - O apoio financeiro do Programa por famílias será calculado, valor do benefício por família x número de dependentes entre zero e catorze anos - 0,5 (cinco décimos) x valor de renda familiar per capita.

§ 3º - Para a realização de atividades intermediárias, funcionais ou administrativas na execução do programa, não poderão ser gasto mais que 4% (quatro por cento) dos recursos que compõem a participação deste município e do governo federal.

Art. 2º - Observadas as condições definidas nos parágrafos 1º e 2º do art. 1º, os recursos municipais serão destinados exclusivamente às famílias que se enquadrarem nos seguintes parâmetros, cumulativamente:

- I - renda familiar per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo;
- II - filhos ou dependentes menores de 14 anos;
- III - comprovação, pelos responsáveis, de matrícula e frequência igual ou superior a 90% das aulas mensais, de todos os filhos ou dependentes entre 7 e 14 anos, em escolas públicas ou em programa de educação especial;
- IV - comprovação de residência no município de no mínimo, 2 anos.

§ 1º - Considera-se família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentescos, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros.

§ 2º - Serão computados para cálculo da renda familiar os rendimentos de todos os membros adultos que compõem a família, inclusive valores concedidos a pessoa que já usufrua de programas federais instituídos de acordo com preceitos constitucionais, tais como previdência rural, seguro - desemprego e renda mínima a idosos e deficientes, bem como programas Estaduais e Municipais de complementação pecuniária.

§ 3º - No ato da inscrição da família, e, a qualquer tempo, a critério da Secretaria Municipal de Educação, será feita a aferição da renda familiar.

§ 4º - As informações declaradas na inscrição estão sujeitas a averiguação pela Secretaria Municipal de Educação.